

# RELATÓRIO DE ATIVIDADES E CONTAS

## 2019



## Índice

INTRODUÇÃO .....	5
U.C.C.I. ....	6
ESPECIALIDADES:.....	7
SERVIÇOS DE HEMODIÁLISE .....	8
CORPO DE ENFERMAGEM .....	8
QUINTA DA VINHA.....	8
INVESTIMENTO.....	9
LAR DR.º JUSTINO STRECHT .....	10
SERVIÇO DE APOIO DOMICILIÁRIO (S.A.D.).....	11
CENTRO DE ATIVIDADES OCUPACIONAIS (C.A.O.) .....	11
CONCLUSÃO .....	12
PARECER CONSELHO FISCAL.....	13
Demonstrações Financeiras .....	15
Balanço .....	16
Demonstração dos Resultados por Naturezas .....	17
Demonstração dos Resultados por Funções .....	18
Demonstração das Alterações nos Fundos Próprios.....	19
Demonstração dos Fluxos de Caixa .....	21
Anexo.....	22
1. Identificação da Entidade .....	22
2. Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras.....	22
3. Principais Políticas Contabilísticas .....	23
3.1. Bases de Apresentação .....	23
3.2. Políticas de Reconhecimento e Mensuração.....	24
4. Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros:.....	33
5. Ativos Fixos Tangíveis .....	33
6. Ativos Intangíveis.....	35
7. Locações.....	36
8. Custos de Empréstimos Obtidos.....	36
9. Inventários .....	36
10. Rédito.....	37
11. Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes .....	37
12. Subsídios do Governo e apoios do Governo.....	38



13. Benefícios dos empregados .....	38
14. Divulgações exigidas por outros diplomas legais.....	39
15. Outras Informações .....	39
15.1. Outras contas a receber.....	39
15.2. Investimentos Financeiros .....	40
15.3. Caixa e Depósitos Bancários .....	40
15.4. Fundos Patrimoniais .....	40
15.5. Fornecedores .....	41
15.6. Estado e Outros Entes Públicos .....	41
15.7. Outras Contas a Pagar.....	41
15.8. Subsídios, doações e legados à exploração .....	42
15.9. Fornecimentos e serviços externos .....	42
15.10. Outros rendimentos e ganhos .....	42
15.11. Outros gastos e perdas .....	43
15.12. Resultados Financeiros .....	43
15.13. Clientes.....	43
15.14. Outros Activos Financeiros .....	44
15.15. Acontecimentos após data de Balanço.....	44
15.16. Proposta de aplicação de resultados .....	44

*[Handwritten signatures and initials in blue and black ink, including a large signature at the bottom right.]*

No presente ano de 2019, só ainda não foi possível concluir o acesso ao Lar Dr.º Justino Strecht e melhorar o seu revestimento, para garantir a sua segurança e conforto dos utentes. Contudo, em breve creio ser possível efetuar com a ajuda da Câmara Municipal o acesso necessário. No restante, e no Hospital tem-se procurado efetuar todos os melhoramentos tendentes a obter a aprovação das entidades competentes, para comodidade e segurança do edifício. Felizmente já foi concretizada a aprovação pelas Entidades competentes da segurança do Hospital, preocupação que já deixamos de ter, dado o dispêndio a que obrigou a Santa Casa efetuar.

Este ano de foi mais um ano de intenso trabalho para todos os diretores e demais trabalhadores, funcionários e funcionárias, bem como dos colaboradores desta Santa Casa, não esquecendo o grupo de voluntários que a serve e aqueles que já nos deixaram e tanto deram a esta Casa. Para todos eles, um sincero agradecimento pelo esforço inaudito que puseram no desempenho das suas funções. Agradeço, ainda, penhoradamente, a todas as entidades oficiais que nos auxiliaram a levar a bom termo esta difícil tarefa, designadamente à Câmara Municipal de Castelo de Paiva, na pessoa do seu Presidente e Vereação respetiva, à União das Misericórdias Portuguesas, também na pessoa do seu Presidente, Dr. Manuel Lemos.

Um Bem-haja para todos aqueles que já fazem parte da Misericórdia e que a servem com a melhor das boas vontades, não regateando esforços para tornar mais suave e tranquila a vida de todos utentes desta Instituição, de um modo especial o senhor Diretor Clínico da UCCI – Dr.º Avelino Alves, Diretora Técnica Sílvia Gaspar e restante corpo de enfermagem e auxiliares do mesmo, bem como todos aqueles que trabalham na Unidade de Saúde pelo esforço que desenvolvem para o bem-estar dos utentes e seus familiares e na procura de perpetuar a vida dos mesmos que, para esta área – Média e Longa Duração – necessitam do seu saber, empenho, profissionalismo e dedicação.

O meu agradecimento a todos os funcionários do Lar e especialmente à Diretora do mesmo, senhora Dr.ª Laura Oliveira, extensivo também à Dr.ª Diretora de Centro de Atividades Ocupacionais, senhora Dr.ª Carla Freitas e restantes funcionários do mesmo serviço.

Por último agradeço penhoradamente a todos os elementos dos Órgãos Sociais desta Instituição, designadamente aos elementos da Mesa Administrativa, Assembleia Geral e Conselho Fiscal pelo imenso trabalho que me ajudaram a efetuar.

O Provedor



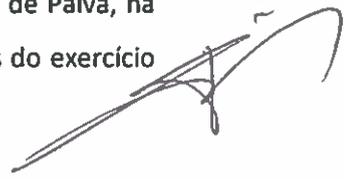
## INTRODUÇÃO

Para os devidos efeitos legais e estatutários da Misericórdia de Castelo de Paiva, na **alínea b) do n.º2 do art. 22 dos Compromissos**, se submete o relatório e Contas do exercício 2019, para apreciação da assembleia Geral

O conteúdo deste documento relata a posição financeira e contabilística da Instituição, constituída pelas Demonstrações Financeiras exigidas por lei, acompanhadas por várias notas técnicas explicativas, de forma a facilitar a leitura e interpretação do documento.

12/11/19







## Hospital da Misericórdia/U.C.C.I. (Unidade de Cuidados Continuados Integrados) de Média Duração e Reabilitação e Longa Duração e Manutenção

### U.C.C.I.

Como é do conhecimento geral, o atual "Hospital da Misericórdia", já não é o mesmo de outrora, (quem não se lembra como era, então?) tendo dado origem a uma Unidade de Cuidados Continuados Integrados, de Média e Longa Duração, com 30 camas, sendo 12 de Média Duração e Reabilitação e 18 de Longa Duração e Manutenção, cuja utilização foi alterada, a partir de Agosto do ano em curso, por autorização da ARSN e a pedido desta Mesa Administrativa, passando a ter mais duas camas e uma, na Média Duração e Reabilitação e Longa Duração e Manutenção, respetivamente, quer uma quer outra, com tempos de estada determinados por Lei. Foram efetuadas algumas alterações, obrigatórias, em vários quartos, quer destinados à Longa Duração e Manutenção, quer os destinados à Unidade de Média Duração e Reabilitação, pelo que os citados quartos continuam a ter o mesmo tipo de funcionamento, mau grado o aumento do número de camas em cada área de serviço, como anteriormente. No entanto, as suas áreas de ocupação não foram alteradas, pelo que, com a Portaria nº 50/17, de 2 de Fevereiro de 2017, foi aberta a possibilidade de se aumentar o seu número, como acima se diz e fez. Foi feito o competente pedido à ARSN, através do n/ ofício nº 80/2018, de 13/06, a qual autorizou a possibilidade de se aumentar o nº de camas da Unidade de Média para mais duas e de Longa para mais uma.

Também terá que se afirmar que todos os utentes/doentes terão a sua integração numa Rede Nacional e só esta poderá propor a institucionalização dos citados doentes/utentes, consoante a ordem da sua inscrição na citada Rede Nacional.

Em face da procura a que temos vindo a ser solicitados, e apesar dos cuidados de saúde a que tem sido sujeito, o nosso Capelão, Padre Alberto Laranjeira, tem vindo a prestar os seus prestimosos serviços na Unidade, designadamente na Missa, aos Domingos, pelas 08H30, na nossa Capela/Casa Mortuária, existente no r/c da mesma.

É um serviço que entendemos ser de superior interesse para a comunidade cristã, que tem vindo a aderir com enorme regularidade e frequência. Justo também é de referir a colaboração e ajuda que, em todos os momentos, nos tem sido oferecida pelo pároco das freguesias Sobrado/Bairros e de S. Martinho de Sardoura e Santa Maria de Sardoura, agora com a remodelação eclesiástica, senhor Padre Fernando Sérgio, o que muito nos honra e a todos dignifica.



## ESPECIALIDADES:

- Clínica Geral;
- Ginecologia/Obstetrícia;
- Neurologia;
- Nutrição;
- Ortopedia;
- Otorrinolaringologia;
- Pediatria;
- Podologia;
- Psicologia Clínica;
- Terapia da Fala;
- Análises Clínicas;
- Imagiologia
- Hemodiálise

Como será do conhecimento geral, com exceção das Análises Clínicas, todas as especialidades mencionadas, necessitam de marcação antecipada, pois, como será compreensível, por todos, seria incomportável estar um especialista, todos os dias e a toda a hora, a aguardar a vinda de um utente/doente, à respetiva consulta da especialidade. Assim, como se faz em todos as Unidades de Saúde, a consulta será efetuada em dias e horários oportunamente indicados nesta Santa Casa – UCCI, através do telefone 255 690 510.

No que às Análises Clínicas diz respeito, não é necessária marcação e as mesmas serão efetuadas de 2ª feira a sábado, no período das 08H00 às 11H00.

Presentemente e dadas as dificuldades inerentes à vinda a Castelo de Paiva dos especialistas de Ortopedia, Urologia e Neurologia, não é possível continuar-se a manter na nossa Unidade, estas especialidades.

A Mesa Administrativa, continua a aguardar, APENAS a homologação de S. Ex<sup>ª</sup>. do ou da Senhor(a) Ministro(a) da Saúde, do nosso pedido de alargamento, no âmbito da Radiologia, dos seguintes exames:

- Ecocardiograma
- Ecodoppler

Serviço este que bem beneficiar, de modo muito especial, toda a nossa população e ainda, como benefício nos transportes, da nossa Autarquia.



## SERVIÇOS DE HEMODIÁLISE

Sempre foi um sonho desta Mesa Administrativa a implementação, no ano de 2018, de um Serviço de Hemodiálise, o que, para além da satisfação desta mesma M. A., iria ao encontro às enormes carências existentes nesta área e às também enormes carências das nossas populações, o que, de um modo muito especial, as vem beneficiar.

O local que esta Mesa encontrou, juntamente com os responsáveis Técnicos e Clínicos daquele Serviço de Hemodiálise mais apropriado, foi a sala de convívio, a qual já se encontra totalmente remodelada, apta e disponível para receber os doentes e serviços competentes.

Foi ainda ocupada uma área da garagem para implementação da tecnologia obrigatória para funcionamento da Hemodiálise, a cargo de Especialistas nesta área, designada de NEFROPAIVA.

## CORPO DE ENFERMAGEM

Dando continuidade à obrigatoriedade deliberada pela ACT e pelo Tribunal Judicial de Santa Maria da Feira, iniciou-se uma alteração a diversas atividades, entre as quais destacamos a que se relaciona com o Corpo de Enfermagem, pelo que já se contrataram cinco enfermeiras, tendo sido designada a Sr<sup>a</sup> Enf<sup>a</sup> Fátima Silva, para chefiar todo o serviço, na UCCI, o qual se encontra em pleno funcionamento, durante o período semanal, com exceção dos fins de semana.

Entretanto, foi solicitada a colaboração duma empresa sediada no vizinho concelho do Marco de Canaveses, que nos proporciona o serviço, no fim de cada semana, com funcionárias/enfermeiros (as) daquela entidade, o que se tem vindo a verificar, com a qualidade pretendida pela Mesa Administrativa.

## QUINTA DA VINHA

Continuamos com a dinamização desta Quinta, denominada de “Quinta da Vinha”, aumentando a sua produtividade quer em legumes quer na produção do vinho.

Este ano, porém, a produção vinícola, aumentou, dada a forma de incidência do sol que se fez sentir na época do respetivo desenvolvimento do produto e aos cuidados que houve, aquando do desenvolvimento das uvas, bem como da entrega de determinadas terras

Handwritten signatures and initials in blue ink, including a large signature at the bottom right and several smaller ones above it.



de cultivo, efetuadas pelos familiares do falecido Senhor Luís Monteiro, ou "Luís do Freitas", como era mais conhecido.

O mesmo já não se verificou na restante produção agrícola, uma vez que não se conseguiu, em tempo oportuno, colocar em funcionamento as respetivas estufas existentes, principalmente, devido aos ventos que ocorreram neste concelho, conforme é de todos conhecido e que as danificaram, de forma bastante acentuada

A Mesa Administrativa continuará a respeitar e a cumprir com todas as normas exigidas nos Novos Compromissos/Estatutos, conforme é , por todos, sobejamente, reconhecido.

## INVESTIMENTO

Uma vez que a Sala de convívio foi completamente ocupada pelos serviços de Hemodiálise, a Santa Casa vê-se na necessidade de ocupar outro espaço, o que, para que tal aconteça, reformulou e alterou os espaços existentes na Unidade.

É de salientar, ainda, os arranjos efetuados no Lar de 3ª Idade "Dr. Justino Strecht", dadas as suas atuais deficiências e antiguidade, necessitava de urgentes alterações, reparações e conservação e arranjos exteriores, conforme "Concurso Público" que rondou os 202 338,40€ bem como de revestimento a capoto e caixilharia térmica, cujo investimento, foi participado na quantia de 154 291,73€, quantia essa incluída no acordo de financiamento designado "Rainha D. Leonor", concurso esse, levado a efeito por esta M.A.

Em face da autorização dada pela ARSN e a pedido desta Mesa Administrativa, foi autorizado o aumento para mais três camas, sendo duas nos Serviços de Média Duração e uma na de Longa Duração, pelo que houve necessidade de adquirir 2 camas, o que per fez a quantia de cerca de 2 200,00€, uma vez que já existia uma cama nestes Serviços.

Através de uma candidatura levada a efeito por esta MA, a mesma já foi aprovada, com a seguinte designação:" Remodelação do Exterior e Interior do Edifício do CAO da SC MCP" e que orçará: Investimento total: 86 044,66€; Investimento elegível: 67 831,02€ e Fundo: 57 656,36€, sendo a respectiva Taxa de Participação de 85%.

Handwritten signatures and initials in the top right corner, including a large signature and several smaller initials.



## LAR DR.º JUSTINO STRECHT

Finalmente durante o ano de 2019 foi possível ver concluídas as obras de requalificação do Lar Dr.º Justino Strecht. Esta candidatura permitiu a colocação de capoto em todas as paredes exteriores, colocação de caixilharia dupla, substituição de telhado, pintura do edifício, recolocação de painéis solares, ampliação da sala de convívio, e arranjo dos exteriores.

Trata-se de um ganho tremendo em termos de conforto dos utentes. A temperatura interior está mais amenizada quer no inverno, quer no verão, para além do edifício estar muito mais bonito.

O arranjo dos espaços exteriores permitiu o desenvolvimento de imensas atividades ao ar livre, designadamente no espaço em frente à entrada principal do Lar, bem como no terraço de apoio do piso superior.

Falta apenas o acesso, que contamos com o apoio da Câmara Municipal, tal como está prometido.

A instituição também tem estado atenta à abertura de candidaturas para melhoramento das condições internas de segurança para os residentes. Esta candidatura destina-se a melhorar o sistema de alarmística dos quartos e portas de acesso ao exterior, bem como a informatização mais atualizada dos processos de utentes.

Relativamente ao funcionamento desta resposta social, a mesma mantém-se lotada com utentes quase que exclusivamente do concelho.

Tem sido desenvolvido um trabalho mais próximo e individualizado aos utentes quer em termos de prestação dos cuidados, quer em termos de ocupação. Este modelo de trabalho resulta do facto de termos de prestar cuidados a idosos cada vez mais dependentes fisicamente e com défices cognitivos mais acentuados.

Handwritten signatures and initials in blue ink, including a large signature at the top right and a circled 'S' below it.



Handwritten signatures and initials in blue ink, including a large signature and several initials.

## SERVIÇO DE APOIO DOMICILIÁRIO (S.A.D.)

O Serviço de Apoio Domiciliário da Santa Casa da Misericórdia tem-se mantido lotado, com um total de quatro equipas no período da manhã e uma equipa no período da tarde.

Atualmente apoia um total de 47 utentes, distribuídos pelas freguesias de Sobrado e Bairros, Fornos, S. Martinho de Sardoura, Santa Maria de Sardoura e Real.

O serviço tem mantido os seus padrões de qualidade, com utentes e famílias naturalmente mais exigentes.

Pretendíamos apresentar candidatura para alargamento de vagas no serviço ao Programa Procoop da Segurança Social para esta Resposta Social, num total de 50 vagas, mas que entretanto não abriu vagas até ao momento. Esperamos que durante o ano de 2020 o concurso seja uma realidade, até porque tem acontecido estarmos a prestar serviço a utente fora do Acordo de Cooperação.

A instituição também pretende concorrer a Fundos Comunitários para proceder a uma informatização de processo de utente mais atualizada.

## CENTRO DE ATIVIDADES OCUPACIONAIS (C.A.O.)

O centro de Atividades Ocupacionais conta com um total de 15 utentes. Para 2020, o Plano de Atividades para o CAO centrar-se-á na construção de um Lar Residencial para 24 utentes e o alargamento do CAO para 30 utentes.

O PARES estará para abrir candidaturas a breve trecho e a Santa Casa já tem tudo preparado para a levar a efeito.

Será, portanto, esta a nossa maior preocupação a partir desta data.

Contudo, o CAO manteve as suas atividades ocupacionais, tais como a montagem de molas para a roupa, os AVD's, a Higiene Pessoal, a Ginástica, a hidroginástica, as artes plásticas e os dias comemorativos.

Mantivemos, ainda, os nossos ateliers de costura, com o objectivo de trabalhar a motricidade fina dos utentes, torna-los autónomos em várias circunstâncias e ambientes e produzir material que será vendido posteriormente à comunidade.



## CONCLUSÃO

Como é do conhecimento de todos os Irmãos, esta Mesa Administrativa da Santa Casa da Misericórdia de Castelo de Paiva, está, plenamente, consciente das dificuldades que ao longo dos tempos vão aparecendo e crescendo. Com a colaboração de todos os Órgãos Sociais, estamos convictos que continuaremos a solidificar e honrar os nossos compromissos, com pleno respeito por todos quantos nos têm ajudado a levar a “bom porto” esta difícil caminhada.

Assim a Senhora das Misericórdias nos ajude.

Handwritten signatures and initials in blue and black ink, including a large signature and several smaller initials.



## PARECER CONSELHO FISCAL

M  
F  
M  
M  
M

Acta n.º 1 / 2020

nos vinte dias do mês de maio, do ano de dois mil e vinte, reuniu no "Lar Justino Skecht", em S. João, na freguesia do Sobrado e Baixas, deste concelho de Castelo de Paiva, o Conselho Fiscal ou Definitivo desta Santa Casa da Misericórdia, para apreciar, discutir e aprovar, seguida de votação, o "Relatório de Atividades e Contas" do exercício do ano de dois mil e dezanove, ano anterior, nos termos da alínea b) do n.º 2 do Art.º 27 das Comissões desta Santa Casa da Misericórdia.

Estando presentes os seus três membros, designadamente: Ana Isabel Ferreira Bernardes, na qualidade de Presidente e os vogais Camilo Nunes dos Santos e Luís Maria Moreira, que deliberaram:

1. Da análise dos documentos, consideram que as contas se encontram devidamente elaboradas;

2. São, assim de opinião que as mesmas devem ser aprovadas, bem como o relatório que venha a ser apresentado em Assembleia Geral da Instituição, pelo que propõem a sua aprovação de acordo com a decisão tomada por UNANIMIDADE, por estes citados membros deste Conselho Fiscal ou Definitivo:



Handwritten initials and a signature in the top right corner.

3. Deste modo e assim sendo, devem ser tomadas em Assembleia Geral, as seguintes deliberações:

a) Ao Resultado do Extinção, deve ser dado o destino proposto pela Mesa Administrativa, ou, no caso de não ser apresentada qualquer proposta, deve o mesmo ser lançado na conta do "Resultados Intransitados";

b) Propõe este Conselho Fiscal ou Definitório, um voto de pesar, por todos os irmãos, utentes, funcionários, dirigentes e / ou respectivos familiares que favoreceram no decorrer do ano findo.

O Conselho Fiscal ou Definitório

Luís Bernardes

Carriço Nunes Santos

Luís Maria Moreira



M  
K  
C  
D  
S

# **Demonstrações Financeiras**

**31 de Dezembro de 2019**

**Balanço**

RUBRICAS	Notas	Datas	
		31-12-2019	31-12-2018
<b>Ativo</b>			
<b>Ativo não corrente</b>			
Ativos fixos tangíveis	5	3.036.000,35	2.906.157,83
Bens do património histórico e cultural			
Propriedades de Investimento			
Ativos intangíveis	6	108.341,20	108.341,20
Investimentos financeiros	15.2	620,71	-
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros			
Subtotal		3.144.962,26	3.014.499,03
<b>Ativo corrente</b>			
Inventários		777,64	1.055,00
Créditos a receber	15.13	186.310,83	19.719,10
Adiantamentos a fornecedores	15.1	-	-
Estado e outros Entes Públicos	15.6	18.192,03	44.609,04
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros		-	-
Outras contas a receber	15.1	4.244,33	145.100,54
Diferimentos		-	-
Outros Ativos financeiros	15.14	-	-
Caixa e depósitos bancários	15.3	242.627,56	361.579,57
Subtotal		452.152,39	572.063,25
<b>Total do Ativo</b>		<b>3.597.114,65</b>	<b>3.586.562,28</b>
<b>FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO</b>			
<b>Fundos patrimoniais</b>			
Fundos	15.4	41.407,53	41.407,53
Excedentes técnicos			
Reservas			
Resultados transitados	15.4	1.113.778,88	1.096.593,92
Excedentes de revalorização			
Outras variações nos fundos patrimoniais		1.815.490,35	1.708.088,51
Resultado Líquido do período	15.4	22.301,86	17.184,96
<b>Total do fundo do capital</b>		<b>2.992.978,62</b>	<b>2.863.274,92</b>
<b>Passivo</b>			
<b>Passivo não corrente</b>			
Provisões			-
Provisões específicas			-
Financiamentos obtidos	8	292.392,93	-
Outras contas a pagar		19,70	21,50
Subtotal		292.412,63	21,50
<b>Passivo corrente</b>			
Fornecedores	15.5	71.600,50	75.641,94
Adiantamentos de clientes		-	-
Estado e outros Entes Públicos	15.6	25.559,05	22.944,10
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros		-	-
Financiamentos obtidos	8	71.292,36	442.875,76
Diferimentos		-	55.558,27
Outras contas a pagar	15.7	143.271,49	126.245,79
Outros passivos financeiros			
Subtotal		311.723,40	723.265,86
<b>Total do passivo</b>		<b>604.136,03</b>	<b>723.287,36</b>
<b>Total dos fundos patrimoniais e do passivo</b>		<b>3.597.114,65</b>	<b>3.586.562,28</b>

Rua S. Geão, 27 de Agosto de 2020

O CONTABILISTA CERTIFICADO

A Mesa Administrativa,

**Demonstração dos Resultados por Naturezas**

RENDIMENTOS E GASTOS	Notas	PERÍODOS	
		2019	2018
Vendas e serviços prestados	10	1.732.123,96	1.326.699,52
Subsídios, doações e legados à exploração	15.8	560.876,50	546.288,51
Variação nos inventários da produção			
Trabalhos para a própria entidade			
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	9	(184.205,60)	(174.447,23)
Fornecimentos e serviços externos	15.9	(845.735,11)	(598.971,27)
Gastos com o pessoal	13	(1.194.332,07)	(1.107.459,38)
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)			
Provisões (aumentos/reduções)			
Provisões específicas (aumentos/reduções)			
Aumentos/reduções de justo valor			
Outros rendimentos e ganhos	15.10	113.690,42	58.248,70
Outros gastos e perdas	15.11	(17.027,97)	(11.040,23)
<b>Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos</b>		<b>165.390,13</b>	<b>39.318,62</b>
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	5	(134.543,53)	(82.255,39)
<b>Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)</b>		<b>30.846,60</b>	<b>(42.936,77)</b>
Juros e rendimentos similares obtidos	15.12		74.688,56
Juros e gastos similares suportados	15.12	(8.544,74)	(14.566,83)
<b>Resultados antes de impostos</b>		<b>22.301,86</b>	<b>17.184,96</b>
Imposto sobre o rendimento do período			
<b>Resultado líquido do período</b>		<b>22.301,86</b>	<b>17.184,96</b>

Rua S. Geão, 27 de Agosto de 2020

O CONTABILISTA CERTIFICADO

A Mesa Administrativa,



# Demonstração dos Resultados por Funções

Santa Casa da Misericórdia de Castelo de Paiva  
DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR FUNÇÕES

PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019

Unidade Monetária Euros

RENDIMENTOS E GASTOS	Nóds	ERM	CAO	SAD	C DIA	UCC MEDIA	UCC LONGA	RADIOLOGIA	HEMODIALISE	FISIOTERAPIA	ANALISES	CONSULTAS	PERÍODOS	
													2019	2018
Vendas e serviços prestados	10	371.890,06	12.541,46	87.995,65	13.596,79	398.171,49	455.600,66	116.673,07	30.000,00	160.179,82	73.075,80	12.399,16	1.732.123,96	1.326.699,52
Custo das vendas e dos serviços prestados	9	(553.518,19)	(79.489,70)	(153.010,75)	(153.944,77)	(268.609,66)	(348.388,91)	(92.081,20)	(40,20)	(139.392,13)	(11.970,13)	(19.282,33)	(1.727.127,97)	(1.880.877,88)
Resultado bruto		(181.628,13)	(66.948,24)	(65.015,10)	(42.347,98)	130.561,83	107.211,75	24.591,87	29.959,80	20.787,69	61.105,67	(6.883,17)	10.995,99	(554.178,36)
Outros rendimentos	15.10	290.766,97	101.006,12	213.328,94	9.480,78	13.868,46	16.837,83	3.081,89	7.704,67	3.852,35	13.868,44	770,47	674.566,92	604.537,21
Gastos de distribuição		(106.596,09)	(25.300,92)	(72.305,00)	(28.797,84)	(140.175,29)	(155.269,30)	(15.029,45)	(23.173,44)	(33.164,97)	(29.957,96)	(7.118,08)	(637.688,34)	(93.295,62)
Gastos administrativos		(4.834,80)	(1.534,18)	(3.295,76)	(976,53)	(2.483,73)	(2.951,80)	(187,75)	(187,75)	(187,75)	(187,75)	(200,17)	(17.027,97)	(93.295,62)
Outros gastos	15.11	(4.834,80)	(1.534,18)	(3.295,76)	(976,53)	(2.483,73)	(2.951,80)	(187,75)	(187,75)	(187,75)	(187,75)	(200,17)	(17.027,97)	(93.295,62)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		(2.292,05)	7.222,78	72.713,08	(62.641,57)	1.371,27	(34.171,52)	11.656,56	14.303,28	(8.712,68)	44.828,40	(13.430,95)	30.046,60	(42.936,77)
Gastos de financiamento (liquidos)	15.12	-	-	-	-	-	(8.117,50)	-	(427,24)	-	-	-	(8.544,74)	60.121,73
Resultados antes de impostos		(2.292,05)	7.222,78	72.713,08	(62.641,57)	1.371,27	(42.289,02)	11.656,56	13.876,04	(8.712,68)	44.828,40	(13.430,95)	22.201,86	17.184,96
Imposto sobre o rendimento do período		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Resultado liquido do período		(2.292,05)	7.222,78	72.713,08	(62.641,57)	1.371,27	(42.289,02)	11.656,56	13.876,04	(8.712,68)	44.828,40	(13.430,95)	22.201,86	17.184,96

Rua S. Geão, 27 de Agosto de 2020

O CONTABILISTA CERTIFICADO

A Mesa Administrativa,

Santa Casa da Misericórdia de Castelo de Paiva | Rua S. Geão – 4550 131 – Castelo de Paiva | NIPC: 501 719 121  
Tel. 255 690 500 | email: scmcpiar@sapo.pt



## Demonstração das Alterações nos Fundos Próprios

DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NOS FUNDOS PRÓPRIOS NO PERÍODO 2018

Unidade Monetária: Euros

DISCÇÃO	Notas	Fundos Patrimoniais atribuídos aos instituidores da entidade-mãe						Resultado líquido do período	Total	Interesses minoritários	Total dos Fundos Patrimoniais	
		Fundos	Excedentes Técnicos	Reservas	Resultados Transiç. 2018	Reservas legais	Excedentes de reavaliação					Outras variações nos fundos patrimoniais
<b>ALTERAÇÕES NO PERÍODO</b>												
Princípio adopção de novo referencial contabilístico												
Alterações de políticas contabilísticas												
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras												
Realização do excedente de reavaliação de ativos fixos tangíveis e intangíveis												
Excedentes de realização do excedente de reavaliação de ativos fixos tangíveis e intangíveis												
Distribuição resultados												
Outras alterações reconhecidas nos fundos patrimoniais												
<b>RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO</b>												
	1	15.4										
	2											
	3	15.4										
<b>RESULTADO EXTENSIVO</b>												
	4-4-4-3											
<b>OPERAÇÕES COM INSTITUIDORES NO PERÍODO</b>												
Fundos												
Subsídios, doações e legados												
Outras operações												
	5											
<b>POSICÃO NO FIM DO ANO 2018</b>												
	6-1+2+3+4+5	41.407,53	-	-	1.096.993,92	-	-	1.708.088,53	17.184,96	2.863.274,92	-	2.863.274,92

Rua 5. Geão, 27 de Agosto de 2020

O CONTABILISTA CERTIFICADO

A Mesa Administrativa,



Demonstrações financeiras em 31 de Dezembro de 2019

DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NOS FUNDOS PRÓPRIOS NO PERÍODO 2019

Unidade Monetária: Euros

DESCRIÇÃO	Notas	Fundos Patrimoniais atribuídos aos Instituidores da entidade mãe							Resultados líquidos do período	Total	Interesses minoritários	Total dos Fundos Patrimoniais
		Fundos	Excedentes Técnicos	Reservas	Resultados Transitados	Reservas legais	Excedentes de reavaliação	Outras variações nos fundos patrimoniais				
<b>POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2019</b>	6	41.407,53	-	-	1.096.599,92	-	-	1.708.088,51	17.184,96	2.863.274,92	-	2.863.274,92
<b>ALTERAÇÕES NO PERÍODO</b>												
Primeira adopção de novo referencial contabilístico												
Alterações de política contabilísticas												
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras												
Realização do excedente de reavaliação de ativos fixos tangíveis e intangíveis												
Excedentes de realização do excedente de reavaliação de ativos fixos tangíveis e intangíveis												
Distribuição resultados												
Outras alterações reconhecidas nos fundos patrimoniais												
<b>RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO</b>	7	-	-	-	17.184,96	-	-	107.401,84	(17.184,96)	107.401,84	-	107.401,84
<b>RESULTADO EXTENSIVO</b>	8	15,4			17.184,96			107.401,84	(17.184,96)	107.401,84		107.401,84
<b>OPERAÇÕES COM INSTITUIDORES NO PERÍODO</b>	9=7+8								22.301,86	22.301,86		22.301,86
Fundos												
Subsídios, doações e legados												
Outras operações	10											
<b>POSIÇÃO NO FIM DO ANO 2019</b>	10	61.748,10	-	-	1.113.778,88	-	-	1.815.490,35	22.301,86	2.992.970,62	-	2.992.970,62

Rua 5. Geão, 37 de Agosto de 2020

O CONTABILISTA CERTIFICADO

A Mesa Administrativa,

Santa Casa da Misericórdia de Castelo de Paiva | Rua 5. Geão – 4550 131 – Castelo de Paiva | NIPC: 501 719 121

Tel. 255 690 500 | email: scmcp@sapo.pt

**Demonstração dos Fluxos de Caixa**

RUBRICAS	Notas	PERÍODOS	
		2019	2018
<b>Fluxos de caixa das actividade operacionais - método directo</b>			
Recebimentos de clientes		1.708.584,81	2.357.470,87
Recebimento de subsídios			
Pagamentos de apoios			
Pagamentos de bolsas			
Pagamento a fornecedores		(1.192.238,96)	(385.478,74)
Pagamentos ao pessoal		(845.602,90)	(538.542,04)
Caixa gerada pelas operações		(329.257,05)	1.433.450,09
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento			(97,23)
Outros recebimentos/pagamentos		305.321,59	(1.607.223,38)
Fluxos de caixa das actividades operacionais (1)		(23.935,46)	(173.870,52)
<b>Fluxos de caixa das actividade de investimento</b>			
<b>Pagamentos respeitantes a:</b>			
Ativos fixos tangíveis		(7.281,34)	-
Ativos intangíveis			
Investimentos financeiros			
Outros Ativos			
<b>Recebimentos provenientes de:</b>			
Ativos fixos tangíveis		-	
Ativos intangíveis			
Investimentos financeiros			
Outros Ativos			
Subsídios ao investimento		-	-
Juros e rendimentos similares			-
Dividendos			-
Fluxos de caixa das actividade de investimento (2)		(7.281,34)	-
<b>Fluxos de caixa das actividade de financiamento</b>			
<b>Recebimentos provenientes de:</b>			
Financiamentos obtidos		(275,19)	
Realizações de fundos			
Cobertura de prejuízos			
Doações			
Outras operações de financiamento			
<b>Pagamentos respeitantes a:</b>			
Financiamentos obtidos		(78.915,28)	
Juros e gastos similares		(8.544,74)	(24,40)
Dividendos			
Reduções do fundo			(3.611,91)
Outras operações de financiamento			
Fluxos de caixa das actividade de financiamento (3)		(87.735,21)	(3.636,31)
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)		(118.952,01)	(177.506,83)
Efeito das diferenças de câmbio			
Caixa e seus equivalentes no início do período		361.579,57	539.086,40
Caixa e seus equivalentes no fim do período		242.627,56	361.579,57

Rua S. Geão, 27 de Agosto de 2020

O CONTABILISTA CERTIFICADO

A Mesa Administrativa,



## Anexo

### 1. Identificação da Entidade

A Irmandade da Santa Casa da Misericórdia de Castelo de Paiva, também abreviadamente denominada de Santa Casa da Misericórdia ou, simplesmente misericórdia de Castelo de Paiva instituída em 15 de Dezembro de 1989, é uma associação de fieis, com personalidade jurídica canónica, cujo fim é a prática das catorze Obras de Misericórdia, tanto corporais como espirituais, visando o serviço e apoio com solidariedade a todos os que precisam, bem como a realização de atos de culto católico de harmonia com o espírito tradicional, informado pelos princípios do humanismo e da doutrina e moral cristãs.

A Santa Casa da Misericórdia tem, também, reconhecida a sua personalidade jurídica civil, com estatuto de instituição Particular de Solidariedade Social, pelo que é considerada uma entidade da economia social, nos termos da respetiva Lei de Bases, e natureza de Pessoa Coletiva de Utilidade Pública.

### 2. Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras

Em 2019 as Demonstrações Financeiras foram elaboradas no pressuposto da continuidade das operações a partir dos livros e registos contabilísticos da Entidade e de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Sector Não Lucrativo (NCRF-ESNL) aprovado pelo Decreto-Lei n.º 36-A/2011 de 9 de Março.

Instrumentos legais da NCRF – ESNL:

- Bases para a Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF);
- Modelos de Demonstrações Financeiras – Portaria n.º 105/2011 de 14 de Março;
- Código de Contas (CC) – Portaria n.º 106/2011 de 14 de Março;
- NCRF-ESNL – Aviso n.º 6726-B/2011 de 14 de Março;
- Normas Interpretativas (NI);
- Aviso n.º 8259/2015 de 29 de julho 2015 – NCRF – ESNL;
- Portaria n.º 220/2015 de 24 julho - Modelos de Demonstrações Financeiras;
- Portaria n.º 218/2015 de 22 julho – Código das Contas;
- Dec. Lei n.º 98/2015 de 2 julho – SNC;



A adoção da NCRF-ESNL ocorreu pela primeira vez em 2012, pelo que à data da transição do referencial contabilístico anterior (Plano de Contas das Instituições Particulares de Solidariedade Social/Plano de Contas das Associações Mutualistas/Plano Oficial de Contas para Federações Desportivas, Associações e Agrupamentos de Clubes) para este normativo é 1 de Janeiro de 2011, conforme o estabelecido no § 5 Adoção pela primeira vez da NCRF-ESNL.

### 3. Principais Políticas Contabilísticas

As principais políticas contabilísticas aplicadas pela Entidade na elaboração das Demonstrações Financeiras foram as seguintes:

#### 3.1. Bases de Apresentação

As Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com as Bases de Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF)

##### 3.1.1. Continuidade:

Com base na informação disponível e as expectativas futuras, a Entidade continuará a operar no futuro previsível, assumindo não há a intenção nem a necessidade de liquidar ou de reduzir consideravelmente o nível das suas operações.

##### 3.1.2. Regime do Acréscimo (periodização económica):

Os efeitos das transações e de outros acontecimentos são reconhecidos quando eles ocorram (satisfeitas as definições e os critérios de reconhecimento de acordo com a estrutura conceptual, independentemente do momento do pagamento ou do recebimento) sendo registados contabilisticamente e relatados nas demonstrações financeiras dos períodos com os quais se relacionem.

As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados respetivas contas das rubricas "*Devedores e credores por acréscimos*" e "*Diferimentos*"

##### 3.1.3. Consistência de Apresentação

As Demonstrações Financeiras estão consistentes de um período para o outro, quer a nível da apresentação quer dos movimentos contabilísticos que lhes dão origem, exceto quando ocorrem alterações significativas na natureza que, nesse caso, estão devidamente identificadas



e justificadas neste Anexo. Desta forma é proporcionada informação fiável e mais relevante para os utentes.

#### 3.1.4. Materialidade e Agregação:

A relevância da informação é afetada pela sua natureza e materialidade. A materialidade depende da quantificação da omissão ou erro. A informação é material se a sua omissão ou inexatidão influenciarem as decisões económicas tomadas por parte dos utentes com base nas demonstrações financeiras influenciarem. Itens que não são materialmente relevante para justificar a sua apresentação separada nas demonstrações financeiras podem ser materialmente relevante para que sejam discriminados nas notas deste anexo.

#### 3.1.5. Compensação

Devido à importância dos ativo e passivos serem relatados separadamente, assim como os gastos e os rendimentos, estes não devem ser compensados.

#### 3.1.6. Informação Comparativa

A informação comparativa deve ser divulgada, nas Demonstrações Financeiras, com respeito ao período anterior. Respeitando ao Princípio da Continuidade da Entidade, as políticas contabilísticas devem ser levados a efeito de maneira consistente em toda a Entidade e ao longo do tempo e de maneira consistente. Procedendo-se a alterações das políticas contabilísticas, as quantias comparativas afetadas pela reclassificação devem ser divulgadas, tendo em conta:

- a) A natureza da reclassificação;
- b) A quantia de cada item ou classe de itens que tenha sido reclassificada; e
- c) Razão para a reclassificação.

### 3.2. Políticas de Reconhecimento e Mensuração

#### 3.2.1. Ativos Fixos Tangíveis

Os "Ativos Fixos Tangíveis" encontram-se registados ao custo de aquisição ou de produção, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas. O custo de aquisição ou produção inicialmente registado, inclui o custo de compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida e, se aplicável, a estimativa inicial dos custos de desmantelamento e remoção dos ativos e de restauração dos respetivos locais de instalação ou operação dos mesmos que a Entidade espera vir a incorrer.



Os ativos que foram atribuídos à Entidade a título gratuito encontram-se mensurados ao seu justo valor, ao valor pelo qual estão segurados ou ao valor pelo qual figuravam na contabilidade.

As despesas subsequentes que a Entidade tenha com manutenção e reparação dos ativos são registadas como gastos no período em que são incorridas, desde que não sejam susceptíveis de permitir atividades presentes e futuras adicionais.

As depreciações são calculadas, assim que os bens estão em condições de ser utilizado, pelo método da linha reta/do saldo decrescente/das unidades de produção em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada que se encontra na tabela abaixo:

Descrição	Vida útil estimada (anos)
Terrenos e recursos naturais	
Edifícios e outras construções	50
Equipamento básico	8
Equipamento de transporte	4
Equipamento biológico	
Equipamento administrativo	4
Outros Ativos fixos tangíveis	8

A Entidade revê anualmente a vida útil de cada ativo, assim como o seu respetivo valor residual quando este exista.

As mais ou menos valias provenientes da venda de ativos fixos tangíveis são determinadas pela diferença entre o valor de realização e a quantia escriturada na data de alienação, as sendo que se encontra espelhadas na Demonstração dos Resultados nas rubricas "Outros rendimentos operacionais" ou "Outros gastos operacionais".

### 3.2.2. Bens do património histórico e cultural

Os "Bens do património histórico e cultural" encontram-se valorizados pelo seu custo histórico. Os bens que foram atribuídos à Entidade a título gratuito encontram-se mensurados ao seu justo valor, ao valor pelo qual estão segurados ou ao valor pelo qual figuravam na contabilidade do dador.



O justo valor é aplicável aos bens, que inicialmente foram adquiridos a título oneroso, sejam contabilizados pela primeira vez e seja impossível estabelecer o seu custo histórico devido à perda desses dados. Esta mensuração também efetuada para os bens cujo valor de transação careça de relevância devido ao tempo transcorrido desde a sua aquisição ou devido às circunstâncias que a rodearam.

As aquisições gratuitas têm como contrapartida a conta "*Variações nos fundos patrimoniais*".

As obras realizadas nestes bens só são consideradas como ativos se e somente se gerarem aumento da produtividade, de capacidade ou eficiência do bem ou ainda um acréscimo da sua vida útil. Sempre que estes acréscimos não se verifiquem, estas manutenções e reparações são registadas como gastos do período.

Os bens que são incorporados nas instalações ou elementos com uma vida útil diferente do resto do bem. Estes têm um tratamento contabilístico diferente do bem o qual são incorporados, estando registado numa conta com denominação adequada dentro do ativo.

As incorporações a estes bens são depreciables, sendo calculadas assim que os bens estão em condições de ser utilizado, pelo método da linha reta/do saldo decrescente/das unidades de produção em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada.

### 3.2.3. Propriedades de Investimento

Incluem essencialmente edifícios e outras construções detidos para obter rendimento e/ou valorização do capital. Estes ativos não se destinam à produção de bens ou aos fornecimento de serviços. Também não se destinam a fins administrativos ou para venda no decurso da atividade corrente dos negócios.

As "*Propriedades de Investimento*" são registadas pelo seu justo valor determinado por avaliação anual efetuada por Entidade especializada independente. São reconhecidas diretamente na Demonstração dos Resultados, na rubrica "*Aumentos/reduções de justo valor*", as variações no justo valor das propriedades de investimento.

As despesas com manutenção, reparação, seguros, Imposto Municipal sobre Imóveis, entre outros que decorram da utilização, são reconhecidas nas respetivas rubricas da Demonstração



dos Resultados. No entanto as benfeitorias que se permitam atividades presentes e futuras acrescem ao valor das Propriedades de Investimento.

#### 3.2.4. Ativos Intangíveis

Os "Ativos Intangíveis" encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações e de eventuais perdas por imparidade acumuladas. São reconhecidos apenas quando for provável que deles permitam atividades presentes e futuras para a Entidade e que os mesmos possam ser mensurados com fiabilidade.

São registadas como gastos do período as "Despesas de investigação" incorridas com novos conhecimentos técnicos.

As despesas de desenvolvimento são capitalizadas sempre que a Entidade demonstre capacidade para completar o seu desenvolvimento e dar início à sua comercialização ou utilização e para as quais permitam atividades presentes e futuras. Caso não sejam cumpridos estes critérios, são registados como gastos do período.

As amortizações são calculadas, assim que os ativos estejam em condições de ser utilizado, pelo método da linha reta/do saldo decrescente em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de amortização utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada que se encontra na tabela abaixo.

O valor residual de um "Ativo Intangível" com vida útil finita deve ser assumido como sendo zero, exceto se:

- Houver um compromisso de um terceiro de comprar o ativo no final da sua vida útil, ou
- Houver um mercado ativo para este ativo, e
- Seja provável que tal mercado exista no final da sua vida útil.

#### 3.2.5. Investimentos financeiros

Sempre que a Entidade tenha uma influência significativa, em empresas associadas, ou exerça o controlo nas decisões financeiras e operacionais, os "Investimentos Financeiros" são registados pelo Método da Equivalência Patrimonial (MEP). Geralmente traduz-se num investimento com uma representação entre 20% a 50% do capital de outra Entidade.



### 3.2.6. Inventários

Os "Inventários" estão registados ao menor de entre o custo de aquisição e o valor realizável líquido. O valor realizável líquido representa o preço de venda estimado deduzido de todos os custos estimados necessários para a concluir os inventários e proceder à sua venda. Sempre que o valor de custo é superior ao valor realizável líquido, a diferença é registada como uma perda por imparidade.

Os produtos e trabalhos em curso encontram-se valorizados ao custo de produção, que inclui o custo dos materiais incorporados, mão-de-obra direta e gastos gerais.

Os Inventários que a Entidade detém, mas que destinam-se a contribuir para o desenvolvimento das atividades presentes e futuras ou os serviços que lhes estão associados não estão diretamente relacionados com a capacidade de para ela gerar fluxos de caixa, estão mensurados pelo custo histórico ou custo corrente, o mais baixo dos dois.

### 3.2.7. Instrumentos Financeiros

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos apenas e só quando se tornam uma parte das disposições contratuais do instrumento.

Este ponto é aplicável a todos "Instrumentos Financeiros" com exceção:

- Investimentos em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos;
- Direitos e obrigações no âmbito de um plano de benefícios a empregados;
- Direitos decorrentes de um contrato de seguro exceto se o contrato de seguro resulte numa perda para qualquer das partes em resultado dos termos contratuais que se relacionem com:
  - Alterações no risco segurado;
  - Alterações na taxa de câmbio;
  - Entrada em incumprimento de uma das partes;
  - Locações, exceto se resultar perda para o locador ou locatário como resultado:
    - Alterações no preço do bem locado;
    - Alterações na taxa de câmbio
    - Entrada em incumprimento de uma das contrapartes



Handwritten signatures and initials in the top right corner.

Fundadores/beneméritos/patrocionadores/doadores/associados/membros

As quotas, donativos e outras ajudas similares procedentes de fundadores/beneméritos/patrocionadores/doadores/associados/membros que se encontram com saldo no final do período sempre que se tenham vencido e possam ser exigidas pela entidade estão registados no ativo pela quantia realizável.

Clientes e outras contas a Receber

Os "Clientes" e as "Outras contas a receber" encontram-se registadas pelo seu custo estando deduzidas no Balanço das Perdas por Imparidade, quando estas se encontram reconhecidas, para assim retratar o valor realizável líquido.

As "Perdas por Imparidade" são registadas na sequência de eventos ocorrido que apontem de forma objetiva e quantificável, através de informação recolhida, que o saldo em dívida não será recebido (total ou parcialmente). Estas correspondem à diferença entre o montante a receber e respetivo valor atual dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juro efetiva inicial, que será nula quando se perspetiva um recebimento num prazo inferior a um ano.

Estas rubricas são apresentadas no Balanço como Ativo Corrente, no entanto nas situações em que a sua maturidade é superior a doze meses da data de Balanço, são exibidas como Ativos não Correntes.

Outros ativos e passivos financeiros

Os instrumentos financeiros cuja negociação ocorra em mercado líquido e regulamentado, são mensurados ao justo valor, sendo as variações reconhecidas deste por contrapartida de resultados do período.

Os custos de transação só podem ser incluídos na mensuração inicial do ativo ou passivo financeiro, quando mensurados ao custo menos perda por imparidade.

À data de relato a Entidade avalia todos os seus ativos financeiros que não estão mensurados ao justo valor por contrapartida de resultados. Havendo evidência objetiva de que se encontra em imparidade, esta é reconhecida nos resultados. Cessando de estar em imparidade, é reconhecida a reversão.



Os Ativos e Passivos Financeiros são desreconhecidos da forma que se encontra prevista na Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades Sector Não Lucrativo (NCRF-ESNL).

#### Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica “Caixa e depósitos bancários” inclui caixa e depósitos bancários de curto prazo que possam ser imediatamente mobilizáveis sem risco significativo de flutuações de valor.

#### Fornecedores e outras contas a pagar

As dívidas registadas em “Fornecedores” e “Outras contas a pagar” são contabilizadas pelo seu valor nominal.

#### **3.2.8. Fundos Patrimoniais**

A rubrica “Fundos” constitui o interesse residual nos ativos após dedução dos passivos.

Os “Fundos Patrimoniais” são compostos por:

- fundos atribuídos pelos fundadores da Entidade ou terceiros;
- fundos acumulados e outros excedentes;
- subsídios, doações e legados que o governo ou outro instituidor ou a norma legal aplicável a cada entidade estabeleçam que sejam de incorporar no mesmo.

#### **3.2.9. Provisões**

Periodicamente, a Entidade analisa eventuais obrigações que advenham de pretéritos acontecimentos e dos quais devam ser objeto de reconhecimento ou de divulgação. Assim, a Entidade reconhece uma Provisão quando tem uma obrigação presente resultante de um evento passado e do qual seja provável que, para a liquidação dessa obrigação, ocorra um exfluxo que seja razoavelmente estimado.

O valor presente da melhor estimativa na data de relato dos recursos necessários para liquidar a obrigação é o montante que a Entidade reconhece como provisão, tendo em conta os riscos e incertezas intrínsecos à obrigação.

Na data de relato, as Provisões são revistas e ajustadas para que assim possam refletir melhor a estimativa a essa data.

Por sua vez, os Passivos Contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, no entanto são divulgados sempre que a possibilidade de existir exfluxo de recursos que incorporem contributos para o desenvolvimento das atividades presentes e futuras da



entidade. Tal como os Passivos Contingentes, os Ativos Contingentes também não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, ocorrendo a sua divulgação apenas quando for provável a existência de um influxo.

### 3.2.10. Financiamentos Obtidos

#### Empréstimos obtidos

Os "Empréstimo Obtidos" encontram-se registados, no passivo, pelo valor nominal líquido dos custos com a concessão desses empréstimos. Os "Encargos Financeiros" são reconhecidos como gastos do período, constando na Demonstração dos Resultados na rubrica "Juros e gastos similares suportados".

#### Locações

Os contratos de locações (*leasing*) são classificados como:

- Locações financeiras quando por intermédio deles são transferidos, de forma substancial, todos os riscos e vantagens inerentes à posse do ativo sob o qual o contrato é realizado; ou
- Locações operacionais quando não ocorram as circunstâncias das locações financeiras.

De referir que as locações estão classificadas de acordo com a característica qualitativa da "Substância sobre a forma", isto é, a substância económica sobre a forma do contrato.

Os Ativos Fixos Tangíveis que se encontram na Entidade por via de contratos de locação financeira são contabilizados pelo método financeiro, sendo o seu reconhecimento e depreciações conforme se encontra referido no ponto 3.2.1. das Políticas Contabilísticas.

Os juros decorrentes deste contrato são reconhecidos como gastos do respetivo período, respeitando sempre o pressuposto subjacente do Regime do Acréscimo. Por sua vez os custos directos iniciais são acrescidos ao valor do ativo (poe exemplo: custos de negociação e de garantia).

Não havendo certeza razoável que se obtenha a propriedade, no final do prazo de locação, o ativo é depreciado durante o prazo da locação ou a sua vida útil, o que for mais curto.

Tratando-se de uma locação operacional as rendas são reconhecidas como gasto do período na rubrica de "Fornecimentos e Serviços Externos".



### 3.2.11. Estado e Outros Entes Públicos

O imposto sobre o rendimento do período corresponde ao imposto a pagar. Este, inclui as tributações autónomas.

Nos termos do n.º 1 do art.º 10 do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (CIRC) estão isentos de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC):

- a) *"As pessoas colectivas de utilidade pública administrativa;*
- b) *As instituições particulares de solidariedade social e Entidades anexas, bem como as pessoas colectivas àquelas legalmente equiparadas;*
- c) *As pessoas colectivas de mera utilidade pública que prossigam, exclusiva ou predominantemente, fins científicos ou culturais, de caridade, assistência, beneficência, solidariedade social ou defesa do meio ambiente."*

No entanto o n.º 3 do referido artigo menciona que:

*"A isenção prevista no n.º 1 não abrange os rendimentos empresariais derivados do exercício das atividades comerciais ou industriais desenvolvidas fora do âmbito dos fins estatutários, bem como os rendimentos de títulos ao portador, não registados nem depositados, nos termos da legislação em vigor, e é condicionada à observância continuada dos seguintes requisitos:*

- a) *Exercício efectivo, a título exclusivo ou predominante, de atividades dirigidas à prossecução dos fins que justificaram o respectivo reconhecimento da qualidade de utilidade pública ou dos fins que justificaram a isenção consoante se trate, respectivamente, de Entidades previstas nas alíneas a) e b) ou na alínea c) do n.º 1;*
- b) *Afectação aos fins referidos na alínea anterior de, pelo menos, 50% do rendimento global líquido que seria sujeito a tributação nos termos gerais, até ao fim do 4.º período de tributação posterior àquele em que tenha sido obtido, salvo em caso de justo impedimento no cumprimento do prazo de afectação, notificado ao director - geral dos impostos, acompanhado da respectiva fundamentação escrita, até ao último dia útil do 1.º mês subsequente ao termo do referido prazo;*
- c) *Inexistência de qualquer interesse directo ou indirecto dos membros dos órgãos estatutários, por si mesmos ou por interposta pessoa, nos resultados da exploração das atividades económicas por elas prosseguidas."*



#### 4. Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros:

---

Não se verificaram quaisquer efeitos resultantes de alteração voluntária em políticas contabilísticas.

#### 5. Ativos Fixos Tangíveis

---

##### Bens do domínio público

A Entidade não usufrui de "Ativos Fixos Tangíveis" do domínio público:

##### Bens do património histórico, artístico e cultural

No período de 2018, a Entidade não usufrui de "Bens do património, histórico, artístico e cultural":

No período de 2019, a Entidade não usufrui de "Bens do património, histórico, artístico e cultural":



## Outros Ativos Fixos Tangíveis

A quantia escriturada bruta, as depreciações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim dos períodos de 2018 e de 2019, mostrando as adições, os abates e alienações, as depreciações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

31 de Dezembro de 2018						
	Saldo em 01-Jan-2018	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo em 31-Dez-2018
<b>Custo</b>						
Terrenos e recursos naturais	-	-	-	-	-	-
Edifícios e outras construções	4.238.153,32	-	-	-	-	4.238.153,32
Equipamento básico	848.334,83	-	-	-	-	848.334,83
Equipamento de transporte	230.807,37	-	-	-	-	230.807,37
Equipamento biológico	-	-	-	-	-	-
Equipamento administrativo	69.423,51	-	-	-	-	69.423,51
Outros Ativos fixos tangíveis	14.675,64	-	-	-	-	14.675,64
<b>Total</b>	<b>5.401.394,67</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>5.401.394,67</b>
<b>Depreciações acumuladas</b>						
Terrenos e recursos naturais	-	-	-	-	-	-
Edifícios e outras construções	1.517.235,20	-	-	-	-	1.517.235,20
Equipamento básico	700.088,94	-	-	-	-	700.088,94
Equipamento de transporte	194.133,42	-	-	-	-	194.133,42
Equipamento biológico	-	-	-	-	-	-
Equipamento administrativo	69.423,51	-	-	-	-	69.423,51
Outros Ativos fixos tangíveis	1.159,77	-	-	-	-	1.159,77
<b>Total</b>	<b>2.482.040,84</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>2.482.040,84</b>

31 de Dezembro de 2019						
	Saldo em 01-Jan-2019	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo em 31-Dez-2019
<b>Custo</b>						
Terrenos e recursos naturais	-	-	-	-	-	-
Edifícios e outras construções	4.238.153,32	211.580,12	-	-	-	4.449.733,44
Equipamento básico	848.334,83	16.934,39	-	-	-	865.269,22
Equipamento de transporte	230.807,37	35.871,54	(13.196,00)	-	-	253.482,91
Equipamento biológico	-	-	-	-	-	-
Equipamento administrativo	69.423,51	-	-	-	-	69.423,51
Outros Ativos fixos tangíveis	14.675,64	-	-	-	-	14.675,64
<b>Total</b>	<b>5.401.394,67</b>	<b>264.386,05</b>	<b>(13.196,00)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>5.652.584,72</b>
<b>Depreciações acumuladas</b>						
Terrenos e recursos naturais	-	-	-	-	-	-
Edifícios e outras construções	1.517.235,20	82.375,83	-	-	-	1.599.611,03
Equipamento básico	700.088,94	32.229,89	-	-	-	732.318,83
Equipamento de transporte	194.133,42	18.103,35	-	-	-	212.236,77
Equipamento biológico	-	-	-	-	-	-
Equipamento administrativo	69.423,51	-	-	-	-	69.423,51
Outros Ativos fixos tangíveis	1.159,77	1.834,46	-	-	-	2.994,23
<b>Total</b>	<b>2.482.040,84</b>	<b>134.543,53</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>2.616.584,37</b>
<b>Total Ativos Fixos Tangíveis</b>						<b>3.036.000,35</b>

	Saldo em 01-Jan-2019	Aumentos	Reduções	Saldo em 31-Dez-2019
<b>Perdas por imparidade Acumuladas</b>				
Terrenos e recursos naturais	-	-	-	-
Edifícios e outras construções	-	-	-	-
Equipamento básico	-	-	-	-
Equipamento de transporte	-	-	-	-
Equipamento biológico	-	-	-	-
Equipamento administrativo	-	-	-	-
Outros Ativos fixos tangíveis	-	-	-	-
<b>Total</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>

**Propriedades de Investimento**

A Entidade não usufrui de "Propriedades de Investimento"

**6. Ativos Intangíveis****Bens do domínio público**

A Entidade não usufrui de "Ativos Intangíveis" do domínio público:

**Outros Ativos Intangíveis**

A quantia escriturada bruta, as amortizações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim dos períodos de 2018 e de 2019, mostrando as adições, os abates e alienações, as amortizações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

31 de Dezembro de 2018						
	Saldo em 01-Jan-2018	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo em 31-Dez-2018
<b>Custo</b>						
Goodwill	-	-	-	-	-	-
Projectos de Desenvolvimento	19.590,00	-	-	-	-	19.590,00
Programas de Computador	-	-	-	-	-	-
Propriedade Industrial	-	-	-	-	-	-
...	-	-	-	-	-	-
Outros Ativos Intangíveis	247.685,43	-	-	-	-	247.685,43
<b>Total</b>	<b>267.275,43</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>267.275,43</b>
<b>Depreciações acumuladas</b>						
Projectos de Desenvolvimento	12.929,67	-	-	-	-	12.929,67
Programas de Computador	-	-	-	-	-	-
Propriedade Industrial	-	-	-	-	-	-
...	-	-	-	-	-	-
Outros Ativos Intangíveis	146.004,56	-	-	-	-	146.004,56
<b>Total</b>	<b>158.934,23</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>158.934,23</b>
31 de Dezembro de 2019						
	Saldo em 01-Jan-2019	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo em 31-Dez-2019
<b>Custo</b>						
Goodwill	-	-	-	-	-	-
Projectos de Desenvolvimento	19.590,00	-	-	-	-	19.590,00
Programas de Computador	-	-	-	-	-	-
Propriedade Industrial	-	-	-	-	-	-
...	-	-	-	-	-	-
Outros Ativos Intangíveis	247.685,43	-	-	-	-	247.685,43
<b>Total</b>	<b>267.275,43</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>267.275,43</b>
<b>Depreciações acumuladas</b>						
Projectos de Desenvolvimento	12.929,67	-	-	-	-	12.929,67
Programas de Computador	-	-	-	-	-	-
Propriedade Industrial	-	-	-	-	-	-
...	-	-	-	-	-	-
Outros Ativos Intangíveis	146.004,56	-	-	-	-	146.004,56
<b>Total</b>	<b>158.934,23</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>158.934,23</b>
<b>Total Ativos Fixos Intangíveis</b>						<b>108.341,20</b>



## 7. Locações

A Entidade não detinha ativos adquiridos com recurso à locação financeira.

Descrição	2019			2018		
	Custo de Aquisição	Depreciações Acumuladas	Quantia Escriturada	Custo de Aquisição	Depreciações Acumuladas	Quantia Escriturada
Terrenos e recursos naturais	-	-	-	-	-	-
Edifícios e outras construções	-	-	-	-	-	-
Equipamento básico	-	-	-	-	-	-
Equipamento de transporte	-	-	-	-	-	-
Equipamento biológico	-	-	-	-	-	-
Equipamento administrativo	-	-	-	-	-	-
Outros Ativos fixos tangíveis	-	-	-	-	-	-
<b>Total</b>	-	-	-	-	-	-

## 8. Custos de Empréstimos Obtidos

Os encargos financeiros relacionados com empréstimos obtidos são usualmente reconhecidos como gastos à medida que são incorridos.

Descrição	2019			2018		
	Corrente	Não Corrente	Total	Corrente	Não Corrente	Total
Empréstimos:	-	-	-	-	-	-
Bancários	68.798,36	292.392,93	361.191,29	430.264,84	-	430.264,84
Caução Empreiteiro	-	-	-	10.116,92	-	10.116,92
Outros	2.494,00	-	2.494,00	2.494,00	-	2.494,00
Contas bancárias de letras descontadas	-	-	-	-	-	-
Descobertos Bancários Contratados	-	-	-	-	-	-
Outros Empréstimos	-	-	-	-	-	-
<b>Total</b>	<b>71.292,36</b>	<b>292.392,93</b>	<b>363.685,29</b>	<b>442.875,76</b>	-	<b>442.875,76</b>

Em 31 de Dezembro de 2019, os planos de reembolso da dívida da Entidade, referente a empréstimos obtidos, detalham-se como segue:

Descrição	2019			2018		
	Capital	Juros	Total	Capital	Juros	Total
Até um ano	71.292,36	-	71.292,36	442.875,76	-	442.875,76
De um a cinco anos	292.392,93	-	292.392,93	-	-	-
Mais de cinco anos	-	-	-	-	-	-
<b>Total</b>	<b>363.685,29</b>	-	<b>363.685,29</b>	<b>442.875,76</b>	-	<b>442.875,76</b>

## 9. Inventários

Em 31 de Dezembro de 2018 e de 2019 a rubrica "Inventários" apresentava os seguintes valores:

Descrição	Inventário em 01-Jan-2018	Compras	Reclassificações e regularizações	Inventário em 31-Dex-2018	Compras	Reclassificações e regularizações	Inventário em 31-Dex-2019
	Mercadorias	-	-	-	-	-	-
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	1.167,50	174.334,73	-	1.055,00	183.928,24	-	777,64
Produtos Acabados e Intermedios	-	-	-	-	-	-	-
Produtos e trabalhos em curso	-	-	-	-	-	-	-
<b>Total</b>	<b>1.167,50</b>	<b>174.334,73</b>	-	<b>1.055,00</b>	<b>183.928,24</b>	-	<b>777,64</b>
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas				174.447,23			184.205,60
Variações nos inventários da produção				-			-



## 10. Rédito

Para os períodos de 2018 e 2019 foram reconhecidos os seguintes Réditos:

Descrição	2019	2018
Vendas	-	-
Prestação de Serviços	1.732.123,96	1.323.442,60
Quotas dos utilizadores	465.417,48	451.979,67
Promoções para captação de recursos	1.245.754,20	870.024,43
Serviços Secundários	20.952,28	1.438,50
Quotizações e Joias		2.149,90
Rendimentos de patrocinadores e colaboração		673,40
Outros		433,62
<b>Total</b>	<b>1.732.123,96</b>	<b>1.326.699,52</b>

## 11. Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes

### Provisões

Nos períodos de 2018 e 2019, não existem provisões:

### Passivos contingentes

Não existem passivos contingentes existentes.

### Ativos contingentes

Não existem ativos contingentes existentes.



## 12. Subsídios do Governo e apoios do Governo

A 31 de Dezembro de 2018 e 2019, a Entidade tinha os seguintes saldos nas rubricas de "Subsídios do Governo" e "Apoios do Governo":

Descrição	2019	2018
<b>Subsídios Públicos</b>	<b>1.915,49</b>	<b>8.200,54</b>
Instituto Emprego Formação Profissional	1.915,49	8.200,54
	-	-
<b>Apoios Públicos</b>	<b>558.961,01</b>	<b>538.087,97</b>
Comparticipação ISS	558.961,01	538.087,97
	-	-
<b>Total</b>	<b>560.876,50</b>	<b>546.288,51</b>

## 13. Benefícios dos empregados

*O número de membros dos órgãos sociais é o seguinte:*

Assembleia Geral – 3 membros efetivos

Mesa Administrativa – 5 membros efetivos e 2 suplentes

Conselho fiscal – 3 membros efetivos e 2 suplentes

Conforme o n.º 1 do artigo 16º do Compromisso da Misericórdia, os órgãos sociais exercem gratuitamente as funções que competirem aos respetivos cargos.

O número médio de pessoas ao serviço da Entidade em 2018 e 2019 foi de 79 e 86 respectivamente.

Os gastos que a Entidade incorreu com os funcionários foram os seguintes:

Descrição	2019	2018
Remunerações aos Órgãos Sociais	-	-
Remunerações ao Pessoal	995.836,66	826.846,84
Benefícios Pós-Emprego	-	-
Indemnizações	-	-
Encargos sobre as Remunerações	197.155,41	184.386,87
Seguros de Acidentes no Trabalho e Doenças Profissionais	-	11.844,84
Gastos de Acção Social	-	-
Outros Gastos com o Pessoal	1.340,00	84.380,83
<b>Total</b>	<b>1.194.332,07</b>	<b>1.107.459,38</b>



## 14. Divulgações exigidas por outros diplomas legais

A Entidade não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei 534/80, de 7 de Novembro.

Dando cumprimento ao estabelecido no Decreto-Lei 411/91, de 17 de Outubro, informa-se que a situação da Entidade perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

## 15. Outras Informações

Não existem informações adicionais, que sejam relevantes para uma melhor compreensão das Demonstrações Financeiras.

### 15.1. Outras contas a receber

A rubrica "Outras contas a receber" tinha, em 31 de Dezembro de 2018 e 2019, a seguinte decomposição:

Descrição	2019	2018
Adiantamentos ao pessoal	-	-
Adiantamentos a Fornecedores	-	-
Devedores por acréscimos de rendimentos	-	-
Outros Devedores	-	145.100,54
Perdas por Imparidade	-	-
Adiantamentos/Reembolsos de Medicamentos	4.244,33	-
<b>Total</b>	<b>4.244,33</b>	<b>145.100,54</b>
<b>Diferimentos</b>		
Descrição	2019	2018
<b>Gastos a reconhecer*</b>		
Outros custos diferidos	-	-
Seguros	-	-
<b>Total</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
<b>Rendimentos a reconhecer</b>		
Subsídio para investimentos	-	-
Outros proveitos diferidos	-	-
<b>Total</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
*não vinha a ser feito diferimento custos - seguros (2019 manteve-se de forma a não adulterar resultados)		



Handwritten signatures and initials in blue ink, including a large signature that appears to be 'J. J.' and another 'P.' below it.

## 15.2. Investimentos Financeiros

A Entidade detinha, em 31 de Dezembro de 2018 e 2019, investimentos nas seguintes entidades:

Descrição	2019	2018
Outros Investimentos Financeiros	-	-
Fundo de compensação do trabalho	-	-
Investimentos noutras empresas	620,71	-
Custo aquisição - RS Solidário	620,71	-
Perdas por Imparidade Acumuladas	-	-
<b>Total</b>	<b>620,71</b>	<b>-</b>

## 15.3. Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica de "Caixa e Depósitos Bancários", a 31 de Dezembro de 2018 e 2019, encontrava-se com os seguintes saldo:

Descrição	2019	2018
Caixa	7.845,29	6.676,09
Depósitos à ordem	220.859,97	324.033,43
Depósitos a prazo	13.922,30	30.249,34
Outros	-	620,71
<b>Total</b>	<b>242.627,56</b>	<b>361.579,57</b>

## 15.4. Fundos Patrimoniais

Nos "Fundos Patrimoniais" ocorreram as seguintes variações:

Descrição	Saldo em 01-Jan-2019	Aumentos	Diminuições	Saldo em 31-Dez-2019
Fundos	41.407,53	-	-	41.407,53
Excedentes técnicos	-	-	-	-
Reservas	-	-	-	-
Resultados transitados	1.096.593,92	17.184,96	-	1.113.778,88
Excedentes de revalorização	-	-	-	-
Outras variações nos fundos patrimoniais	1.708.088,51	184.448,76	(77.046,92)	1.815.490,35
<b>Total</b>	<b>2.846.089,96</b>	<b>201.633,72</b>	<b>(77.046,92)</b>	<b>2.970.676,76</b>

A conta de Resultados transitados, teve as seguintes variações no exercício 2019:

- Variações positivas:

1. Resultado Líquido Positivo relativo ao exercício 2018 no valor de 17.184,96€

### 15.5. Fornecedores

O saldo da rubrica de "Fornecedores" é discriminado da seguinte forma:

Descrição	2019	2018
Fornecedores c/c	71.600,50	75.641,94
Fornecedores Investimentos títulos a pagar	-	-
Fornecedores facturas em recepção e conferência	-	-
<b>Total</b>	<b>71.600,50</b>	<b>75.641,94</b>

### 15.6. Estado e Outros Entes Públicos

A rubrica de "Estado e outros Entes Públicos" está dividida da seguinte forma:

Descrição	2019	2018
<b>Ativo</b>		
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Colectivas (IRC)	-	-
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Singulares (IRS)	837,99	-
Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)	17.354,04	44.572,11
Outros Impostos e Taxas	-	36,93
<b>Total</b>	<b>18.192,03</b>	<b>44.609,04</b>
<b>Passivo</b>		
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Colectivas (IRC)	-	-
Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)	-	-
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Singulares (IRS)	2.727,00	2.164,00
Segurança Social	22.832,05	20.743,17
Outros Impostos e Taxas	-	36,93
<b>Total</b>	<b>25.559,05</b>	<b>22.944,10</b>

### 15.7. Outras Contas a Pagar

A rubrica "Outras contas a pagar" desdobra-se da seguinte forma:

Descrição	2019		2018	
	Não Corrente	Corrente	Não Corrente	Corrente
<b>Pessoal</b>	<b>19,70</b>	<b>1.308,21</b>	<b>21,50</b>	<b>928,29</b>
Remunerações a pagar	-	1.308,21	-	26,71
Cauções	19,70	-	21,50	-
Outras operações	-	-	-	901,58
Perdas por Imparidade acumuladas	-	-	-	-
Fornecedores de Investimentos	-	-	-	-
Credores por acréscimos de gastos	-	141.963,28	-	125.317,50
Outros credores	-	-	-	-
<b>Total</b>	<b>19,70</b>	<b>143.271,49</b>	<b>21,50</b>	<b>126.245,79</b>



fel A  
ales.  
P

### 15.8. Subsídios, doações e legados à exploração

- Os "Subsídios e Apoios do Governo" estão divulgados de forma mais exaustiva na Nota 12.

### 15.9. Fornecimentos e serviços externos

A repartição dos "Fornecimentos e serviços externos" nos períodos findos em 31 de Dezembro de 2018 e de 2019, foi a seguinte:

Descrição	2019	2018
Subcontratos	342.590,30	26.401,05
Serviços especializados	104.429,77	82.596,45
Materiais	75.646,69	19.669,66
Energia e fluidos	145.171,35	152.530,35
Deslocações, estadas e transportes	654,40	8.751,04
Serviços diversos (*)	177.242,60	309.022,72
Medicamentos	45.979,05	-
Limpeza, Higiene e conforto	43.692,02	-
Seguros Gerais	33.434,90	-
<b>Total</b>	<b>845.735,11</b>	<b>598.971,27</b>

(\*) Discriminar as três rubricas de maior valor por ordem decrescente

### 15.10. Outros rendimentos e ganhos

A rubrica de "Outros rendimentos e ganhos" encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2019	2018
Rendimentos Suplementares	280,00	4.250,00
Descontos de pronto pagamento obtidos	-	738,93
Recuperação de dívidas a receber	-	-
Ganhos em inventários	-	-
Rendimentos e ganhos em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos	-	-
Rendimentos e ganhos nos restantes activos financeiros	-	-
Rendimentos e ganhos em investimentos não financeiros	-	160,00
Outros rendimentos e ganhos	113.410,42	53.099,77
Imputação Sub. Investimentos	77.046,92	-
Donativos Lar	33.394,11	1.617,00
Donativos hospital	2.969,39	51.482,77
<b>Total</b>	<b>113.690,42</b>	<b>58.248,70</b>

### 15.11. Outros gastos e perdas

A rubrica de "Outros gastos e perdas" encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2019	2018
Impostos	620,83	3.438,91
Descontos de pronto pagamento concedidos	-	-
Dividas incobráveis	-	-
Perdas em inventários	-	-
Gastos e perdas em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos	-	-
Gastos e perdas nos restantes activos financeiros	-	-
Gastos e perdas investimentos não financeiros	-	-
Outros Gastos e Perdas	16.407,14	7.601,32
<b>Total</b>	<b>17.027,97</b>	<b>11.040,23</b>

### 15.12. Resultados Financeiros

Nos períodos de 2018 e 2019 foram reconhecidos os seguintes gastos e rendimentos relacionados com juros e similares:

Descrição	2019	2018
<b>Juros e gastos similares suportados</b>		
Juros suportados	8.544,74	14.566,83
Diferenças de câmbio desfavoráveis	-	-
Outros gastos e perdas de financiamento	-	-
<b>Total</b>	<b>8.544,74</b>	<b>14.566,83</b>
<b>Juros e rendimentos similares obtidos</b>		
Juros obtidos	-	74.688,56
Dividendos obtidos	-	-
Outros rendimentos similares	-	-
<b>Total</b>	<b>-</b>	<b>74.688,56</b>
<b>Resultados financeiros</b>	<b>(8.544,74)</b>	<b>60.121,73</b>

### 15.13. Clientes

O saldo da rubrica de "Clientes" é discriminado da seguinte forma:

Descrição	2019	2018
<b>Clientes e Utentes c/c</b>	<b>186.310,83</b>	<b>19.719,10</b>
Clientes	169.094,85	11.780,26
Utentes	17.215,98	7.938,84
<b>Clientes e Utentes títulos a receber</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
Clientes	-	-
Utentes	-	-
<b>Clientes e Utentes factoring</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
Clientes	-	-
Utentes	-	-
<b>Clientes e Utentes cobrança duvidosa</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
Clientes	-	-
Utentes	-	-
<b>Total</b>	<b>186.310,83</b>	<b>19.719,10</b>



#### 15.14. Outros Activos Financeiros

Sem movimento nas rubricas de outros ativos financeiros nos exercícios 2018 e 2019

#### 15.15. Acontecimentos após data de Balanço

Não são conhecidos à data quaisquer eventos subsequentes, com impacto significativo nas Demonstrações Financeiras de 31 de Dezembro de 2019.

Após o encerramento do período, e até à elaboração do presente anexo, não se registaram outros factos susceptíveis de modificar a situação relevada nas contas.

#### 15.16. Proposta de aplicação de resultados

Nos termos de tudo que antecede, a Mesa administrativa propões à assembleia Geral o seguinte:

1. Que seja aprovado o relatório e contas do período de 2019;
2. Que seja efetuada a aplicação do resultado líquido positivo do exercício, no montante de 22.301,86€ para a conta de "resultados transitados"

Castelo de Paiva, 27 de Agosto de 2020

O Contabilista Certificado

A Mesa Administrativa,